



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
Av. Eng. Domingos Ferreira, 1967, Empresarial Souza Melo Tower
Boa Viagem, Recife-PE, CEP 51111-021, (+5581) 2102-2000

Ofício nº 813/2018 - SEI/SUDENE

Recife, 30 de novembro de 2018.

À

CIA DE GAS DO CEARA CEGAS

Avenida Washington Soares, 6475 - José de Alencar
Fortaleza, CE CEP: 60830-005

Assunto: Original do Laudo Constitutivo de reconhecimento do direito ao benefício à redução do IRPJ.

Prezados Senhores,

Informamos a Vossas Senhorias que esta Superintendência, através do Laudo Constitutivo de nº 0213/2018, anexo, reconheceu o direito ao benefício fiscal pleiteado, observados o prazo de fruição e obrigações constantes do referido laudo.

2. Cientificamos, que em cumprimento ao disposto no Regulamento dos Incentivos Fiscais, essa empresa deverá manter à vista do público no local do empreendimento objeto do benefício, placa mencionando o incentivo concedido, conforme modelo estabelecido pela SUDENE e disponível no sítio www.sudene.gov.br. O não atendimento ao estabelecido no referido artigo, constitui-se em inadimplência da empresa beneficiária com o Sistema de Incentivos e Benefícios Fiscais administrados pela SUDENE, sujeito às penalidades cabíveis.

3. Outrossim, informamos que, durante o período de vigência do benefício fiscal, a empresa deverá apresentar a esta Superintendência, consoante o disposto no Anexo II do presente Laudo, declaração de rendimentos, indicando o valor da redução correspondente a cada exercício, observadas as normas em vigor sobre a matéria (art. 9º do Decreto nº 64.214/69 e legislação em vigor), juntamente com a certidão de regularidade fiscal em relação aos tributos federais e da certidão negativa de débito para a previdência social, acompanhada de prova documental da contabilização do valor resultante da redução/isenção do imposto, em conformidade com a legislação vigente, bem como, de sua utilização para absorção de prejuízo ou aumento de capital, quando for o caso, e da indicação do valor da redução/isenção em atividade ligada à produção.

4. Ressaltamos que o Laudo Constitutivo, anexo, deverá instruir o requerimento dessa empresa à unidade da Secretaria da Receita Federal do Brasil a que estiver jurisdicionada, para efeito de reconhecimento do direito ao benefício fiscal aprovado, conforme estabelecido no art. 3º do Decreto nº 4.213, de 26 de abril de 2002.

Atenciosamente,

Sílvio Carlos do Amaral e Silva
Coordenador-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Silvio Carlos do Amaral e Silva, Coord. Geral de Incentivos e Benefícios Fiscais e Financeiros**, em 03/12/2018, às 14:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.sudene.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 0033729 e o código CRC ED0ECCEE.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 59336.000514/2018-53

SEI nº 0033729



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
SISTEMA DE INCENTIVOS E BENEFÍCIOS FISCAIS - SIBF

LAUDO CONSTITUTIVO Nº 213/2018

Aprova o direito ao benefício fiscal de redução do Imposto de Renda e Adicionais em favor da empresa CIA DE GAS DO CEARA CEGAS.

O Diretor de Gestão de Fundos e Incentivos e de Atração de Investimentos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, no uso de suas atribuições, torna público que a Diretoria Colegiada desta Autarquia, de acordo com a competência que lhe foi atribuída pelo inciso XVII do art. 6º do Anexo I do Decreto nº 8276, de 27 de junho de 2014, em sessão realizada em 28/11/2018,

RESOLVE:

Aprovar o presente Laudo Constitutivo do direito à redução de 75% do Imposto de Renda e Adicionais, calculado com base no lucro da exploração, em favor da empresa CIA DE GAS DO CEARA CEGAS, CNPJ: 73.759.185/0001-96, processo nº 59336.000514/2018-53, com fundamento no art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, conforme os critérios estabelecidos no Decreto nº 6.539, de 18 de agosto de 2008, e ainda, em conformidade com o Regulamento dos Incentivos Fiscais, tendo em vista o atendimento das condições e requisitos legais exigidos, observados os elementos de fato e de direito relacionados no Anexo I deste instrumento.

Durante o período de vigência do incentivo fiscal, a empresa beneficiária deverá atender às obrigações constantes do Anexo II. O não atendimento ao estabelecido no referido anexo, constitui-se em inadimplência da empresa beneficiária com o Sistema de Incentivos e Benefícios Fiscais administrados pela SUDENE, sujeita às penalidades cabíveis.

O presente Laudo deverá instruir o requerimento da empresa beneficiária à unidade da Secretaria da Receita Federal do Brasil a que estiver jurisdicionada, para efeito de reconhecimento do direito ao benefício fiscal aprovado, conforme estabelecido no art. 3º do Decreto nº 4.213, de 26 de abril de 2002.

(Documento assinado eletronicamente. Verificar tarja de assinatura ao final dos anexos.)

ANEXO I

Atendimento das condições e requisitos legais exigidos

BENEFÍCIO FISCAL OBJETO DO LAUDO CONSTITUTIVO	NÚMERO DO PROCESSO
Redução do imposto de renda e adicionais não restituíveis	59336000514201853

Identificação do Empreendimento
--

Pessoa Jurídica Titular do Empreendimento

CIA DE GAS DO CEARA CEGAS CNPJ 73.759.185/0001-96

Município	Fortaleza	UF	CE	CEP	60830-005
-----------	-----------	----	----	-----	-----------

Pessoa Jurídica Objeto do Incentivo (unidade produtora)

CIA DE GAS DO CEARA CEGAS CNPJ 73.759.185/0001-96

Logradouro	Avenida Washington Soares	Número	6475		
Complemento	-	Bairro/Distrito	José de Alencar		
Município	Fortaleza	UF	CE	CEP	60830-005

Fundamentação Legal para o reconhecimento do direito

Enquadramento no art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, em conformidade com o estabelecido no Decreto nº 4.213, de 26 de abril de 2002, e com o Regulamento dos Incentivos Fiscais.

Enquadramento do benefício

Redução de 75% do IRPJ e Adicionais.

Condição onerosa atendida

Modernização Total de empreendimento na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE.
--

ANEXO I

Atendimento das condições e requisitos legais exigidos

Produtos/Serviços objeto do benefício fiscal

I - Processamento, Armazenamento e Distribuição de Gás Natural			
Capacidade Instalada atual	1.642.753.968 metro cúbico//ano		
Descrição da Atividade	Processamento, Armazenamento e Distribuição de Gás Natural		
Enquadramento do Setor prioritário	Infraestrutura - Produção de Gás Decreto 4.213, art. 2º, inciso I		
Ano em que entrou em operação	2015	Prazo de vigência do benefício	10 anos
Período de fruição (ano calendário)	01/01/2018 a 31/12/2027		

ANEXO II

Obrigações da Pessoa Jurídica Beneficiária

A empresa CIA DE GAS DO CEARA CEGAS, CNPJ: 73.759.185/0001-96 deverá, durante o período de vigência do benefício fiscal constituído pelo presente Laudo, atender as seguintes obrigações:

- 1 – Cumprimento da legislação trabalhista e social e das normas de proteção e controle do meio ambiente (art. 14 do inciso II da Lei nº 6.938/81 e art. 3º do Decreto nº 94.075/87);
- 2 – Apresentação anual (até 31 de dezembro de cada exercício) da declaração de rendimentos, indicando o valor da redução correspondente a cada exercício, observadas as normas em vigor sobre a matéria (art. 9º do Decreto nº 64.214/69), juntadamente com a certidão de regularidade fiscal em relação aos tributos federais e da certidão negativa de débito para a previdência social, acompanhada de prova documental da contabilização do valor resultante da isenção do imposto, em conformidade com a legislação vigente, bem como, de sua utilização para absorção de prejuízo ou aumento de capital, quando for o caso, e da indicação do valor da isenção em atividade ligada à produção;
- 3 – Proibição de distribuição aos sócios ou acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da isenção, sob pena de perda do incentivo e da obrigação de recolher, com relação à importância distribuída, o imposto que a empresa tiver deixado de pagar, sem prejuízo da incidência do imposto sobre o lucro distribuído como rendimento e das penalidades cabíveis (art. 19, §§ 3º e 5º, do Decreto-lei nº 1.598/77);
- 4 – Fornecer, tempestivamente, as informações necessárias à avaliação dos Incentivos Fiscais na região, mediante participação na pesquisa anual sobre os Incentivos Fiscais promovida pela SUDENE;
- 5 – Manter, obrigatoriamente, no local do empreendimento objeto do benefício fiscal, à vista do público e em bom estado de conservação, pelo prazo de fruição, placa mencionando o benefício concedido, conforme modelo estabelecido pela SUDENE e disponível no sítio www.sudene.gov.br.



Documento assinado eletronicamente por **Sérgio Wanderley Silva, Diretor de Gestão de Fundos e Incentivos e de Atração de Investimentos**, em 03/12/2018, às 16:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.sudene.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 0033728 e o código CRC 4C20EA67.